

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 105.215 - MG (2018/0298162-8)

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
RECORRENTE : CARLOS AUGUSTO SANTOS HIGINO (PRESO)
ADVOGADO : CRISTINA PAIVA MATOS FONTES - MG110373
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Trata-se de recuso ordinário em *habeas corpus*, com pedido liminar, interposto por CARLOS AUGUSTO SANTOS HIGINO contra o acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais que denegou o HC n. 1.0000.18.0881153/000.

Consta dos autos que o recorrente foi preso em flagrante pela suposta prática do delito tipificado no art. 16, parágrafo único, IV, da Lei n. 10.826/03 (porte ilegal de arma de fogo de uso restrito). Referida custódia foi convertida em preventiva.

Inconformada, a defesa impetrou o *writ* originário, cuja ordem foi denegada em acórdão assim ementado:

EMENTA: HABEAS CORPUS - PORTE ILEGAL DE MUNIÇÕES E ARMA DE FOGO DE USO RESTRITO - REVOGAÇÃO DE PRISÃO PREVENTIVA - IMPOSSIBILIDADE - PRESSUPOSTOS E REQUISITOS DO ART. 312 DO CPP NITIDAMENTE PRESENTES - PRIMARIEDADE, BONS ANTECEDENTES, OCUPAÇÃO LÍCITA E RESIDÊNCIA FIXA - CONDIÇÕES INSUFICIENTES À SOLTURA - MEDIDAS CAUTELARES ALTERNATIVAS - INSUFICIÊNCIA - OFENSA AO PRINCÍPIO DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA - ARGUMENTO IMPROCEDENTE - DESPROPORCIONALIDADE ENTRE A CAUTELAR E A PENA FINAL - MOMENTO INOPORTUNO PARA A DISCUSSÃO - PRISÃO CAUTELAR MANTIDA. I- Demonstrada a necessidade da prisão preventiva, verifica-se que as medidas cautelares não se mostram suficientes para garantir a efetividade do processo. II - Não há que se falar em carência de fundamentação na decisão primeva quando o magistrado, ainda que sucintamente, aponta os motivos ensejadores da custódia cautelar, de acordo com os requisitos do artigo 312 do CPP. III. Os atributos pessoais dos pacientes não podem ser analisados individualmente, sem que seja considerado todo o contexto dos autos, sob pena de se trazer prejuízos à tranquilidade social e à manutenção da ordem pública, fundamentos esses essenciais à análise da necessidade da manutenção de qualquer prisão cautelar. IV. O princípio constitucional da presunção de inocência não influi na análise da necessidade da manutenção da prisão cautelar, apenas impede a antecipação dos efeitos da sentença. V. Não merece prosperar a tese de desproporcionalidade da prisão cautelar em relação

á pena final que será aplicada ao paciente, até mesmo porque esta só será fixada após o término da instrução criminal. (fls. 46)

No presente recurso, sustenta que não foi apresentada fundamentação idônea para a manutenção da prisão cautelar, a qual estaria baseada exclusivamente na gravidade abstrata do delito, em desrespeito à legislação e à jurisprudência desta Corte. Afirma a desproporcionalidade da custódia antecipada, pois em caso de eventual condenação, o acusado fará jus à regime inicial menos gravoso.

Enfatiza as condições pessoais favoráveis do recorrente e a possibilidade de aplicação das medidas cautelares alternativas à hipótese dos autos.

Requer, em liminar e no mérito, a revogação da custódia, com ou sem aplicação de outras medidas cautelares.

Liminar indeferida às fls. 71/72.

Informações prestadas às fls. 81, 104.

O Ministério Público Federal opinou pelo desprovimento do recurso (fls. 126/127).

É o relatório.

Decido.

De acordo com as informações obtidas na página eletrônica da Corte Estadual, constata-se que em 14/12/2018 foi proferida sentença condenatória nos autos da Ação Penal n. 0074343-06.2018.8.13.0290. Todavia, não é possível aferir o inteiro teor do julgado.

É cediço que esta Quinta Turma firmou posicionamento no sentido de que a manutenção da custódia cautelar por ocasião de sentença condenatória superveniente não possui o condão de tornar prejudicado o *writ* em que se busca sua revogação, **quando não agregados novos e diversos fundamentos ao decreto prisional primitivo**. Nesse sentido: RHC 53.194/RS, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 15/03/2016, DJe 28/03/2016.

O entendimento revela-se substancialmente claro: a superveniência de sentença condenatória que mantém a prisão cautelar constitui título novo, que substitui - e supera - o decreto prisional impugnado mediante *habeas corpus*, exceto se o Magistrado sentenciante não adota fundamentos novos e diversos daqueles apresentados por ocasião

da decretação da segregação preventiva.

In casu, a manutenção da custódia cautelar afigura-se verossímil, pois inexistente notícia de expedição de alvará de soltura em favor do ora recorrente após a prolação da sentença condenatória.

Todavia, não há como aferir se a segregação antecipada foi mantida sem a adoção de novos e diversos fundamentos para a cautela - requisito indispensável ao prosseguimento do *writ* que busca revogá-la, diante da notícia da produção de novo título judicial que examinou a necessidade de manutenção da constrição.

Tratando-se o *habeas corpus* de rito célere, no qual não se admite a dilação probatória e cuja instrução compete ao impetrante, a este incumbiria, diante da superveniência de fato novo, a diligência de acostar aos autos o novo título judicial produzido no feito principal, a fim de demonstrar que o aludido julgado não tem o condão de afastar, no caso concreto, a impugnabilidade da decisão combatida pelo presente *mandamus*.

Constatado o silêncio do impetrante após a prolação da sentença condenatória, afigura-se forçoso entender pela perda de objeto do presente recurso em *habeas corpus*, diante da prolação de novo título.

Por adotar idêntico raciocínio, faço menção à recente decisão prolatada nos autos do RHC n. 63.337/MG, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, Quinta Turma, DJe 5.2.2016.

Ante o exposto, com fundamento no art. 34, inciso XI, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, julgo prejudicado o presente recurso em *habeas corpus*.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 15 de fevereiro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator